



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

218

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0152894-7

COMARCA : Recife – 13ª Vara Criminal
APELANTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADO : Hilton Ferreira de Almeida Júnior
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR SUBSTº : Adeildo Nunes – Juiz Convocado
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

EMENTA:

PENAL E PROCESSO PENAL. CORRUPÇÃO DE MENORES. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. REJEIÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART.502 DO CPP. MÉRITO. CONDENAÇÃO PELA PRÁTICA DO ART.1º DA LEI 2.252/54. CRIME FORMAL. PRESCINDIBILIDADE DE PROVA DA EFETIVA CORRUPÇÃO DO MENOR. RECURSO PROVIDO.

I – O disposto no art. 502 do CPP não socorre o recorrente, já que a instrução nela prevista consubstancia faculdade do juiz, ao qual cabe a apreciação da necessidade da produção de novas provas para a formação do seu seguro convencimento. Em concordância com o sistema do livre convencimento motivado adotado pelo Código de Processo Penal, o juiz é o destinatário final da prova, cabendo-lhe a direção da instrução probatória. Preliminar rejeitada.

II – O delito previsto no art. 1.º, da Lei n.º 2.252/54, é crime formal, que prescinde da efetiva corrupção do menor, bastando, para sua configuração, a prova de participação do inimputável em empreitada criminosa junto com maior de 18 anos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

219

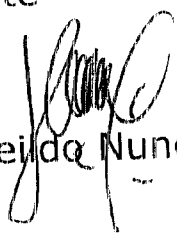
III – Apelação a que se dá provimento. Decisão por maioria.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0152894-7**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em rejeitar a preliminar suscita, e, no mérito, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 20 de novembro de 2009.

Presidente


JUIZ Adeildo Nunes – Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

220

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0152894-7

COMARCA : Recife – 13ª Vara Criminal
APELANTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADO : Hilton Ferreira de Almeida Júnior
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR SUBSTº : Adeildo Nunes – Juiz Convocado
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

Hilton Ferreira de Almeida Júnior foi denunciado (fls. 02/04) como incurso nas penas do art. 157, § 2º, I e II¹, do Código Penal e art. 1º, da Lei 2.252/54², c/c o art. 69, do Código Penal, acusado de, no dia 11.011.2005, por volta das 10:00 horas, acompanhado de um menor que portava um revólver e, mediante grave ameaça, assaltar o motorista HUDSON NOGUEIRA DE SOUZA, subtraindo 01 (um) telefone celular da marca Motolora, marca C115 e 01(um) relógio de pulso marca Atlantis, conforme auto de apresentação e apreensão de fls.31 e termo de entrega de fls.32.

Concluída a instrução criminal, o acusado foi condenado à pena definitiva de 04 (quatro) anos de reclusão e ao pagamento de 30 (trinta) dias-multa, fixado cada dia-multa em 1/30 do salário mínimo mensal vigente a época do fato, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, I e II, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, sendo absolvido pela prática do delito previsto no art. 1º, da Lei 2.254/54, como demonstra a sentença de fls. 132/137.

Inconformado com a sentença absolutória, na parte que toca ao delito de corrupção de menores, o representante do Ministério Público

¹ Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

² Art 1º - Constitui crime, punido com a pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa de Cr\$1.000,00 (mil cruzeiros) a Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros), corromper ou facilitar a corrupção de pessoa menor de 18 (dezoito) anos, com ela praticando infração penal ou induzindo-a a praticá-la.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

221

interpôs recurso apelatório, oferecendo as razões de fls. 139/142, alegando, em preliminar, a nulidade da sentença para que o processo seja remetido ao juízo de origem, a fim de que o juiz complemente a prova, ou seja, providencie a juntada aos autos da Certidão de nascimento do menor, e, no mérito, alega em síntese, que o crime de corrupção de menores é formal, prescindido de provas de efetiva corrupção e que há nos autos prova de que se trata de pessoa menor de 18 anos.

A defesa ofereceu contra-razões de apelação (fls. 155/157), rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pelo improvimento da apelação.

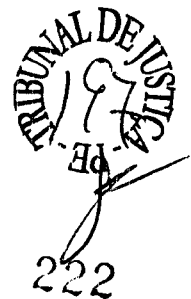
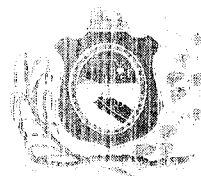
A douta Procuradora de Justiça, Dra. Eleonora de Souza Luna, ofereceu parecer de fls. 165/167, opinando pelo provimento do recurso.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 16 de outubro de 2008.


JUIZ Adeildo Nunes – Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0152894-7

COMARCA : Recife – 13ª Vara Criminal
APELANTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADO : Hilton Ferreira de Almeida Júnior
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR SUBSTº : Adeildo Nunes – Juiz Convocado
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO - PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA

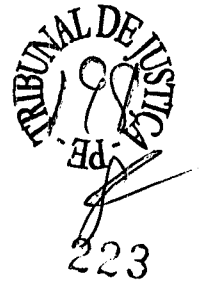
Alega o Ministério Público em suas razões recursais, preliminar de nulidade da sentença ao argumento de que o juiz deve complementar a prova, ou seja, providenciar a juntada aos autos da Certidão de nascimento do menor, a fim de possibilitar a condenação do apelado no delito de corrupção de menores.

Razão não assiste ao recorrente.

Verifica-se às fls. 123-v, que instado a se manifestar na fase do art. 499 do Diploma Processual Penal, o Ministério Público não requereu diligências, a luz do princípio da verdade real.

De outro lado, o disposto no art. 502 do CPP não socorre o recorrente, já que a instrução nela prevista consubstancia faculdade do juiz, ao qual cabe a apreciação da necessidade da produção de novas provas para a formação do seu seguro convencimento. Em concordância com o sistema do livre convencimento motivado adotado pelo Código de Processo Penal, o juiz é o destinatário final da prova, cabendo-lhe a direção da instrução probatória.

Ademais, não se logrou demonstrar qualquer prejuízo advindo da apontada nulidade, motivo pelo qual não há como reconhecê-la, já que, como é consabido, não se declara a nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu. A hipótese sugere a aplicação do princípio *pas de nullité sans grief*, nos termos do art. 563 do Código de Processo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Isto posto, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, rejeito a presente preliminar.

Recife, 20 de 11 de 2009

JUIZ Adeildo Nunes – Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira 224
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0152894-7

COMARCA : Recife – 13ª Vara Criminal
APELANTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADO : Hilton Ferreira de Almeida Júnior
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR SUBSTº : Adeildo Nunes – Juiz Convocado
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO - MÉRITO

Sustenta o recorrente, no mérito, que o crime de corrupção de menor é formal, restando, portanto, configurado independentemente da demonstração da efetiva corrupção do menor.

A irresignação merece ser acolhida.

É firme a orientação do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o crime tipificado no art. 1º da Lei 2.252/54 é formal, ou seja, a sua caracterização independe de prova da efetiva e posterior corrupção do menor, sendo suficiente a comprovação da participação do inimputável em prática delituosa na companhia de maior de 18 anos.

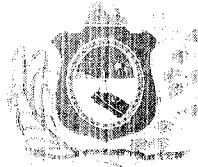
De outro lado, é certo que o STJ já decidiu, em algumas oportunidades:

PENAL. RECURSO ESPECIAL. ART. 1º, DA LEI Nº 2.252/54 (CORRUPÇÃO DE MENORES). ABSOLVIÇÃO. CRIME DE PERIGO. ANTERIOR INOCÊNCIA MORAL DO MENOR. PRESUNÇÃO *IURIS TANTUM*.

I - O crime previsto no art. 1º da Lei nº 2.252/54 é de perigo, sendo despidianda a demonstração de efetiva e posterior corrupção penal do menor.

II - No entanto, a anterior inocência moral do menor se presume *iuris tantum* como pressuposto fático do tipo. Quem já foi corrompido não pode ser vítima do delito sob exame (Precedentes).

III - *In casu*, restou cabalmente demonstrado, através de documentos, conforme reconhecido tanto na sentença condenatória quanto no v. acórdão guerreado, que os menores que participaram da conduta delituosa já contavam com diversas passagens pelo Juízo da Infância e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

225

da Juventude pela prática de atos infracionais graves, inclusive com aplicação de várias medidas sócio-educativas.

IV - Comprovado que os menores já eram corrompidos, não se verifica a prática do delito previsto no art. 1º da Lei nº 2.252/54. Recurso desprovido. (REsp 822.977/RJ, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJ 12/11/07)

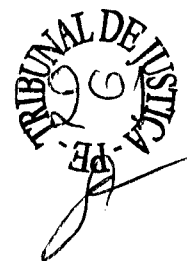
Na presente hipótese, já em primeira instância, o réu foi absolvido da prática do delito em exame pelos seguintes fundamentos (fls. 133):

(...) Portanto, além de não haver provas suficientes de que o outro elemento, que ensejou o concurso de agentes, era a época realmente menor de dezoito anos (pois, não há nos autos documento hábil para isso), não foi também provada a efetiva corrupção do possível menor. É por nessa linha de raciocínio que afasto essa corrupção."

No que tange a ausência de prova de que o cúmplice no assalto, de nome Givanildo Silva de Moura, tivesse menos de 18 (dezoito) anos, não procede. É que conforme se vê às fls. 77 e 99, como bem destacou a douta Procuradora de Justiça, o MM Juiz de Direito em ofício dirigido a FUNDAC solicita a apresentação do **menor** para fins de instrução do processo, sendo o que se presta através do ofício de fls. 86 e 107.

No mesmo sentido, tenho que a exegese abraçada no v. decisório increpado, a par de ensejar despicienda contradição, reduz, sem justificativa jurídica, o dispositivo legal (art. 1º da Lei nº 2.252/54) quase que à total inutilidade.

O nosso sistema jurídico, de forma realista em virtude dos inegáveis e gravíssimos problemas que envolvem ou afligem grande massa de crianças e adolescentes do nosso país, apresenta uma série de normas alicerçadas, na maioria, no senso comum e denotadoras de motivadas preocupações. Todas buscando que os penalmente responsáveis se afastem do cometimento de abusos, fraudes, violências, etc. contra menores, bem como do aproveitamento destes por aqueles na realização de atos que atentem contra a moral sexual ou, ainda, penal. Aliás, todos ou quase todos, independentemente de grau de instrução sabem que o censurável envolvimento com menores, via de regra,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira 226
Terceira Câmara Criminal

acarreta ou pode acarretar conseqüências jurídicas. O uso, inclusive, por parte daqueles dotados de pouca instrução da expressão "de menor" dá a exata e generalizada conotação da repulsa aos atos proibidos nos dispositivos legais mencionados. E, neste contexto, se insere a norma incriminadora do art. 1º da Lei nº 2.252/54.

A **lex specialis** almeja que os maiores não pratiquem, em concurso com menores, infração penais e que, também, não os induzam a tanto. Este é o seu objetivo na proteção da moral, dita por alguns, de moral penal (para diferenciar da moral sexual pertinente ao art. 218 do C.P.). Embora haja divergência na doutrina e na jurisprudência, o delito enfocado, sob pena de se tornar inviável ou meramente teórico, é de **perigo** e, aí, de **perigo presumido**, não se devendo confundir **resultado natural** (com a classificação dos crimes em **materiais**, **formais** e/ou de **mera conduta**) com **resultado jurídico** (aqui, não se tratando de mudança no mundo exterior/natural acarretada pela conduta mas, isto sim, de ofensa a bem jurídico, e, então, quando os crimes são classificados em delitos de **dano** e de **perigo**).

A configuração do tipo não exige comprovação de que os menores se tenham transformado em delinquentes perigosos ou renitentes. A realização daquele ato acarretou a presunção **iuris et de iure** da corrupção ou de sua facilitação. O texto legal indica o que é **corromper ou facilitar a corrupção**, dando as formas ("com ela praticando infração penal ou induzindo-a a praticá-la"). A cláusula pormenorizada na descrição da conduta proibida, dando a conseqüente – em relação às formas indicadas – valoração, mostra que se trata de crime de perigo presumido e não de perigo concreto.

Requisitos adicionais para a tipificação são extra-legais. Se, por um lado, **verbi gratia**, diante do texto, fosse exigível a **efetiva corrupção penal**, criado estaria um paradoxo totalmente descartável. Absolvido o réu por falta de comprovação da efetiva corrupção (que é valoração e não resultado material), poderia ele repetir, impunemente, a sua conduta visto que, na reiteração, o mesmo menor, pela participação no delito anterior, já estaria, agora, então, corrompido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

227

Neste sentido:

"RECURSO ESPECIAL. PENAL. CORRUPÇÃO DE MENORES. CRIME FORMAL. RECURSO PROVIDO.

1. É firme a orientação do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o crime tipificado no art. 1º da Lei 2.252/54 é formal, ou seja, a sua caracterização independe da efetiva corrupção do menor, sendo suficiente a comprovação da participação do inimputável em prática delituosa na companhia de maior de 18 (dezoito) anos.

2. Recurso conhecido e provido para restabelecer a decisão de primeiro grau." (STJ - REsp 852716/PR, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJU de 19/03/2007).

"CRIMINAL. RECURSO ESPECIAL. CORRUPÇÃO DE MENORES. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CRIME FORMAL. PRESCINDIBILIDADE DE PROVA DA EFETIVA CORRUPÇÃO DO MENOR. RECURSO PROVIDO.

I - O objeto jurídico tutelado pelo tipo em questão é a proteção da moralidade do menor e visa coibir a prática de delitos em que existe sua exploração. Assim, a corrupção de menores é crime formal, o qual prescinde de prova da efetiva corrupção do menor.

II - Recurso provido, nos termos do voto do relator." (REsp 853350/PR, 5ª Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, DJU de 18/12/2006).

"CRIMINAL. RECURSO ESPECIAL. CORRUPÇÃO DE MENORES. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CRIME FORMAL. PRESCINDIBILIDADE DE PROVA DA EFETIVA CORRUPÇÃO DO MENOR. ATENUANTES DA MENORIDADE E DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. FIXAÇÃO DA PENA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 231/STJ. RECURSO PROVIDO.

I - O objeto jurídico tutelado pelo tipo em questão é a proteção da moralidade do menor e visa coibir a prática de delitos em que existe sua exploração. Assim, a corrupção de menores é crime formal, o qual prescinde de prova da efetiva corrupção do menor.

II - Não se admite a redução da pena abaixo do mínimo legal, ainda que havendo incidência de atenuantes relativas à menoridade do agente e à confissão espontânea. Incidência da Súmula 231/STJ.

III - Recurso provido para restabelecer a condenação pelo crime de corrupção de menores e afastar a fixação da pena abaixo do mínimo legalmente previsto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO 228
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

IV - Remessa dos autos ao Tribunal a quo para redimensionamento da pena." (STJ - REsp 770609/RS, 5ª Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, DJU de 06/03/2006).

"RECURSO ESPECIAL. PENAL. CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES. PERIGO ABSTRATO. CRIME FORMAL. PRECEDENTES DO STJ.

1. O delito previsto no art. 1.º, da Lei n.º 2.252/54, é crime formal, que prescinde da efetiva corrupção do menor, bastando, para sua configuração, a prova de participação do inimputável em empreitada criminosa junto com maior de 18 anos.

2. Recurso provido." (STJ - REsp 753271/PR, 5ª Turma, Rel. Ministra Laurita Vaz, DJU de 01/02/2006).

"PENAL. RECURSO ESPECIAL. ART. 157, §2º, INCISOS I, II E V. ART. 1º, DA LEI Nº 2.252/54 (CORRUPÇÃO DE MENORES). CRIME DE PERIGO. PENA AQUÉM DO MÍNIMO. ATENUANTES. IMPOSSIBILIDADE.

I - O crime previsto no art. 1º da Lei nº 2.252/54 é de perigo, sendo despendida a demonstração de efetiva e posterior corrupção penal do menor. (Precedentes).

II - A norma insculpida no art. 1º da Lei nº 2.252/54, uma dentre tantas que se destinam à proteção da infância e da juventude, tem por objetivo que os maiores não pratiquem, em concurso com menores, infrações penais e que, também, não os induzam a tanto. Exigências adicionais para a tipificação são extralegais e até esbarram no velho brocardo commodissimum est, id accipi, quo res de qua agitur, magis valeat quam pereat. ("Prefira-se a inteligência dos textos que torne viável o seu objetivo, ao invés da que os reduz à inutilidade").

III - A pena privativa de liberdade não pode ser fixada abaixo do mínimo legal com supedâneo em meras atenuantes. (Precedentes do Pretório Excelso e do STJ/Súmula n.º 231 - STJ). Recurso provido." (STJ - REsp 725728/PR, 5ª Turma, de minha relatoria, DJU de 01/07/2005).

Diante do exposto, dou provimento ao recurso para condenar o recorrido como incurso nas sanções do art. 1º da Lei nº 2.252/54.

Passo a dosimetria da pena.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

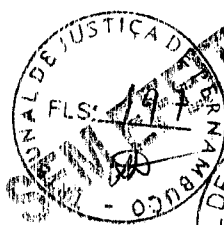
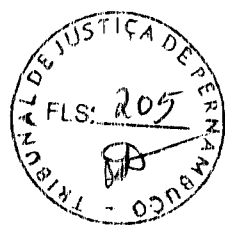
229

Remanescem as mesmas circunstâncias judiciais, analisadas por ocasião do primeiro fato (roubo), destacando-se, contudo, sua culpabilidade, dado o conhecimento de sua conduta e o fato de que esta contribui ainda mais para macular a formação da personalidade do até então adolescente em questão. Estabeleço, dessa forma, a pena base em **01 (um) ano de reclusão**, que acabo por torná-la definitiva, considerando ausência de circunstâncias atenuantes ou agravantes ou causas de diminuição ou aumento. Para cumprimento de pena, estabeleço o **regime aberto**. Fixo a pena de multa em **25 (vinte e cinco) dias/multa**, com valor unitário correspondente a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo da época dos fatos.

Isto posto, em consonância com o parecer da Douta Procuradoria de Justiça, **dou provimento ao recurso**, para condenar o apelante como incurso nas sanções do art. 1º da Lei 2.252/54, a pena de 01 (um) anos de reclusão e 25 dias-multa, mantendo, no mais, íntegra a sentença prolatada pelo juiz de 1º grau.

Recife 21 de 9 de 200 9.


JUIZ Adeildo Nunes - Relator Substituto



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**

PROCESSO Nº:	0152894-7
COMARCA:	RECIFE – 13ª VARA CRIMINAL
APELANTE:	MINISTÉRIO PÚBLICO
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO
ADVOGADO:	VILMA CAPISTRANO DOS SANTOS
PROCURADORA:	DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
RELATORA:	DESA. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA

VOTO REVISOR

Voto para DAR PROVIMENTO ao apelo, concordando com os fundamentos apresentados pela Relatora, em todos os seus termos.

Recife, 20 de 11 de 2009.


DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

231

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL 20.11.09
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 152.894-7 : RECIFE
COMARCA : RECIFE
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADO : HILTON FERREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR
RELATOR : DESEMBARGADOR ADEILDO NUNES
REVISOR : DESEMBARGADOR CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

(Encontra-se às fls. 187/188 dos autos).

VOTO DO RELATOR

PRELIMINAR -- de Nulidade da Sentença

(O Relator proferiu a leitura de seu voto que se encontra às fls. 197/198 dos autos).

DESEMBARGADOR CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO (PRESIDENTE E REVISOR)

Acompanho o voto do Relator.

DESEMBARGADOR NIVALDO MULATINHO

Acompanho o voto da Turma.

DECISÃO

"POR UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA



232

MÉRITO

DESEMBARGADOR SUBSTITUTO ADEILDO NUNES (RELATOR)

(O voto do Relator encontra-se às fls. 199/204 dos autos).

DESEMBARGADOR CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO (PRESIDENTE E REVISOR)

(O Revisor proferiu a leitura de seu voto que se encontra à fl. 205 dos autos).

DESEMBARGADOR NIVALDO MULATINHO

Srs. Desembargadores, eu peço vênias para discordar do voto da Turma, porque esse crime de corrupção de menor, que, inclusive, agora saiu do Código e foi para o Estatuto da Criança e do Adolescente, piorou ainda mais. Para mim é uma lei moralista demais. Talvez tivesse algum sentido em 1954, hoje se pode admitir como crime material, mas como crime formal nunca. Então, respeitando, inclusive, eminentes juristas, Gilson Dipp, Félix Fisher e outros, mas não me entra na cabeça.

Essa Lei de Corrupção de Menor, hoje em dia, induzir o menor ao mundo do crime, como se o menor hoje não tivesse mergulhado no mundo do crime. Eu sei que aqui eu sou a minoria das minorias, mas não me entra na cabeça esse crime.

Então, com a devida vênias, discordo da Turma, para não condenar o Apelante nesse crime de Corrupção de Menor.

DECISÃO

"MÉRITO, POR MAIORIA DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO MINISTERIAL, CONTRA O VOTO DO DES. NIVALDO MULATINHO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR".

Mul